

Que Economia só anda após nova Carta

ROBERTO CUSTÓDIO
Da Sucursal

São Paulo — Só depois da Constituinte, quando forem definidas as novas regras para o Brasil, é que a economia do País poderá começar a se recuperar do mau desempenho do último ano e reformar seus níveis de investimentos, gerando empregos e melhorando a massa salarial. Essa é a avaliação feita por todos os setores da economia em São Paulo e resumida numa frase do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Mário Amato: "O País está parado há quase dois anos. Estamos querendo as definições para logo e assim poderemos trabalhar em paz".

Amato admite que a indústria está apresentando neste primeiro trimestre "uma ligeira recessão", comprovada pela queda nos níveis de atividades industriais e de emprego, mas sua expectativa é de reversão do quadro a partir do segundo trimestre. Se a Constituinte conseguir aprovar artigos importantes com base em acordo parlamentar, para ele, a economia só retornará aos níveis normais quando ficarem definidos três pontos: estabilidade no emprego de acordo com proposta do Centro; proteção ao capital estrangeiro; e fixação de prazo para prescrição de ações trabalhistas. Nesse caso, a sistematização tem uma proposta de imprescritibilidade, mas os empresários querem que a prescrição ocorra no máximo quatro anos após o empregado deixar a empresa.

Entretanto, há setores da indústria sendo mais atingidos pela recessão, como a produção de aparelhos eletro-eletrônicos, segundo Aldo Lorenzetti, presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica, os pedidos em carteira estão a zero — porque não houve vendas suficientes no final do ano. "Estamos raspando o tacho", disse Lorenzetti, informando que o nível de emprego no setor caiu 1,39 por cento em janeiro, com redução de 3.600 postos de trabalho. O empresário atribui essa estagnação do mercado em janeiro a três fatores: perda do poder aquisitivo, a alta nas taxas de juros, produzindo um efeito negativo nas eventuais compras a prazo, e principalmente a alta rentabilidade oferecida pelas cadernetas de poupança.

Do lado dos trabalhadores, entretanto, há muita preocupação com os rumos da economia, especialmente no que diz respeito à manutenção do nível de emprego e da política salarial, em função das ameaças veiculadas de extinção da URP — Unidade de Referência de Preços — que serve para recomposição de parte das perdas salariais. "Hoje é imprescindível a manutenção desse sistema que não nos dá tudo o que perdemos pelo menos recompõe parte disso", afirmou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antônio Medeiros.

Na área da CUT — Central Única dos Trabalhadores — a ideia é também defender uma política salarial que não penalize os assalariados, mas a luta inicial passa pela reposição de todas as perdas salariais de 87 para cá.

CORREIO BRAZILIENSE